



## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**REQUERIMENTO Nº DE 2017.  
(Do Sr. Subtenente Gonzaga)**

Requer a realização de Audiência Pública destinada discutir os acordos bilaterais e/ou multilaterais já firmados pelo Brasil ou em fase de negociação, bem como aqueles necessários, porém ainda não firmados, no que tange, especialmente, estabelecimento de um fluxo de informações de inteligência entre as polícias do Brasil e dos países que fazem fronteira com ele.

Senhor Presidente,

Requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 c/c o art. 32, inciso XV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a realização de Audiência Pública, ouvido ao Plenário, destinada a discutir os acordos bilaterais e/ou multilaterais já firmados pelo Brasil ou em fase de negociação, bem como aqueles necessários, porém ainda não firmados, considerados imprescindíveis no que tange, especialmente, ao estabelecimento de um fluxo de informações de inteligência entre as polícias do Brasil e os países que fazem fronteira com ele, indicamos os nomes dos seguintes especialistas e autoridades:

- 1) Dr. Lincoln Gakuya, Promotor de Justiça, do Estado de São Paulo;

- 2) Dr. André Estêvão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Coordenador do CAO Especial - CAO-CRIMO do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- 3) Embaixador Fernando Simas Magalhães Subsecretário-geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte; e
- 4) Dr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

### **Justificativa**

No seu discurso de posse, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Aloysio Nunes, traçou o objetivo de sua atuação frente àquela Pasta, apresentando várias ações que iriam ser adotadas imediatamente. Dentre elas, o agendamento de um encontro com os países fronteiriços do Brasil, para tratar da segurança e do desenvolvimento das faixas de fronteiras, além de se reunir com o Ministro de Estado da Defesa do Brasil, com o intuito de aprofundar a cooperação entre o MRE e o Ministério da Defesa, principalmente no combate ao crime transnacional.

Como cabe a Subsecretária-geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte a responsabilidade sobre **da Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (COCIT)** é de suma importância, portanto, o comparecimento perante esta Comissão do Embaixador Fernando Simas Magalhães, seu titular. Da mesma forma, é imprescindível a presença do Diretor da Polícia Federal, para nos atualizar sobre os memorandos de entendimento que estão em trâmite para assinatura ou <sup>1</sup>renovação com instituições dos EUA, Bélgica, Cabo Verde, Austrália, Portugal, México, Suriname, Guiana, Colômbia, Reino Unido, França, Guiana Francesa e África

---

<sup>1</sup> <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/acordos-de-cooperacao>

do Sul e com instituições do Canadá, Bolívia, Peru e Paraguai, que estão em andamento, segundo consta da página oficial do Órgão.

Por outro lado, não podemos deixar de ouvir os Promotores acima indicados, responsáveis pelo combate ao crime organizado e as organizações criminosas nos estados de São Paulo e Minas Gerais, onde se concentram o maior número de presos do território brasileiro.

Isto posto e por entendermos ser de fundamental importância a existência de acordos bilaterais ou multilaterais que estabeleçam fluxos de informação de inteligência entre o Brasil e os Países que lhe fazem fronteira, como o Peru, a Bolívia, Colômbia, Paraguai, Venezuela como fator preponderante no enfrentamento do tráfico de drogas e outros da mesma envergadura, cremos imprescindível, a realização da presente audiência pública, para que esta Comissão possa se aprofundar no presente tema, colaborando, inclusive, com sugestões de acordos que devam ser firmados pelo Estado brasileiro.

Sala das Comissões,

Deputado Subtenente Gonzaga

PDT-MG